

Acórdãos STA	Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo
Processo:	022/10
Data do Acórdão:	24-02-2010
Tribunal:	2 SECÇÃO
Relator:	VALENTE TORRÃO
Descritores:	JUROS INDEMNIZATÓRIOS REQUISITOS LEI GERAL TRIBUTÁRIA DECLARAÇÃO DE NULIDADE ACTO TRIBUTÁRIO ACTO CONSEQUENTE DE ACTO ANULADO FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO
Sumário:	<p>I - Anulado o acto de segunda avaliação do prédio, é nulo, e não anulável, ex vi da alínea i) do n.º 2 do artigo 133.º do Código de Procedimento Administrativo, o acto subsequente de liquidação de Contribuição Autárquica incidente sobre aquele prédio.</p> <p>II - O direito a juros indemnizatórios previsto no n.º 1 do artigo 43.º da Lei Geral Tributária pressupõe que no processo se determine que na liquidação "houve erro imputável aos serviços", entendido este como o "erro sobre os pressupostos de facto ou de direito imputável à Administração Fiscal", que não se deve ter por verificado, se a declaração de nulidade do acto de liquidação for motivada exclusivamente pelo facto de a liquidação ser um acto consequente do acto anulado por falta de fundamentação.</p>

Nº Convencional:	JSTA000P11516
Nº do Documento:	SA220100224022
Recorrente:	FAZENDA PÚBLICA
Recorrido 1:	A...
Votação:	UNANIMIDADE

Aditamento:	
-------------	--

Texto Integral

Texto Integral:	<p>Acordam na Secção do Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo:</p> <p>1. A Fazenda Pública veio recorrer da decisão do Mmº Juiz do TAF de Sintra que, na impugnação deduzida por</p>
-----------------	---

“A..., SA” contra a liquidação de contribuição Autárquica do ano de 1999, a condenou no pagamento de juros indemnizatórios à impugnante, apresentando, para o efeito, alegações nas quais conclui:

Iª) - O presente recurso visa reagir contra a douta sentença declaratória da total procedência da impugnação deduzida contra a liquidação de Contribuição Autárquica do ano de 1999, no segmento que condena a Fazenda Nacional no pagamento de juros indemnizatórios à Impugnante.

IIª) - Fundamentação da sentença recorrida (síntese): Na esteira do entendimento jurisprudencial transcrito [AC. de 11/10/2007, no Recurso nº 796/05] outra conclusão não se alcança que não seja a de considerar procedente o pedido de condenação ao pagamento de juros indemnizatórios ao impugnante.

IIIª) - No tocante à questão dos juros indemnizatórios, temos que a mais recente jurisprudência — Acórdãos do STA proferidos em 01/10/2008 e 29/10/2008 nos processos 0244/08 e 0622/08 respectivamente — tem-se pronunciado no sentido de que esse pedido não poder proceder quando a anulação do acto de liquidação impugnado se fundamenta num vício de forma por falta de fundamentação.

IVª) - Ora no caso dos autos, e tal decorre expressamente do Ac. proferido pelo TCA Sul em 27/05/2008; que a sentença recorrida foi revogada e anulado o acto tributário aí impugnado: a segunda avaliação do edifício do ..., por vício de falta de fundamentação.

Vª) - Na medida em que o acto de avaliação de imóvel é um acto prejudicial do acto de liquidação de CA, pois este tem de se conformar com aquele, a anulação do acto de 2ª avaliação, como acto prejudicial, acarreta a invalidade do acto de liquidação de CA consequente;

VIª) - Conclui-se que o acto impugnado, a liquidação de CA do ano de 1999, também padece desse mesmo vício de falta de fundamentação.

VIIª) - A douta sentença ora recorrida a manter-se na ordem jurídica, na condenação da Fazenda Publica no pagamento de juros indemnizatórios, revela-se desconforme com a mais recente jurisprudência, supra citada.

Termos em que, concedendo-se provimento ao recurso, deve a decisão ser revogada, com as devidas consequências legais.

2. A Recorrida não contra alegou.

3. O Exm^o Magistrado do M^oP^o emitiu o parecer que consta de fls. 301/302 defendendo que a decisão recorrida deve ser revogada.

4. Colhidos os vistos legais, cumpre decidir.

5. Com interesse para a decisão foram como provados em 1^a instância os seguintes factos:

a) Em 4 de Janeiro de 1996, a ora Impugnante, A..., S.A., requereu ao Chefe do 1^o Serviço de Finanças de Cascais a 2^a avaliação do prédio urbano denominado ... sito nos limites de Alcoitão, ..., freguesia de ..., município de Cascais - Cfr. documento a fls. 4 e segs. do PAT, apenso aos autos;

b) Em 17 de Julho de 1996 foi lavrado termo de avaliação, referente ao prédio urbano referido em a), no qual consta o seguinte: (...) A Comissão decidiu, por maioria, baseando-se nos seguintes valores de referência relativos à área total do terreno e à área de construção:

$74.571 \text{ m}^2 \text{ de construção} \times 120.000\$00 =$

$9.948.520.000\$00$

$159.160 \text{ m}^2 \text{ de terreno} \times 2.000\$00 = 318.320.000\$00$

$9.266.840.000\$00$

(nove milhões, duzentos e sessenta e seis mil, oitocentos e quarenta milhões de escudos), valor este para o valor total do imóvel (...). “ — Cfr. documento a fls. 158 a 163;

d) Em 1 de Agosto de 1996 a Administração do Condomínio do prédio urbano designado ... foi notificada do resultado da 2^a avaliação, por ofício datado de 31 de Julho de 1996 - Cfr. documento a fls. 36 do PAT, apenso aos autos;

e) Em 29 de Outubro de 1996 deu entrada, na 1^a Repartição de Finanças de Cascais Impugnação Judicial referente ao acto de 2^a avaliação a que respeita a alínea c) — Cfr. documentos a fls. 183 a 189 dos autos;

f) A Impugnação Judicial referida na alínea antecedente foi distribuída no Tribunal Tributário de 1^a Instância de Lisboa, 5^o Juízo, 1^a Secção com o n^o 325/02 — Cfr. ofício a fls. 220;

g) Em 27 de Maio de 2008 foi proferido Acórdão pelo Tribunal Central Administrativo Sul, em sede de recurso jurisdicional no âmbito do processo de Impugnação Judicial referido na alínea antecedente, o qual decidiu revogar a sentença recorrida e anular o acto tributário impugnado — Cfr. certidão de fls. 228 a 260;

h) O Acórdão do TCAS referido em g), que antecede, transitou em julgado em 12 de Junho de 2008 — Cfr.

certidão de fls. 228;

i) Em 28 de Abril de 2000 a Impugnante foi notificada da nota de cobrança 99/500210160/1503/11/5 referente à liquidação da Contribuição Autárquica do ano de 1999 da fracção U-10904-A, na qual consta o valor tributável total de 3.058.057.200\$00 e a colecta de 33.638.629\$00 — Cfr. documento 1 junto com a p.i., o qual se dá aqui por integralmente reproduzido;

j) Em 31 de Julho de 2000 deu entrada a presente Impugnação Judicial — Cfr. carimbo apostado na p.i. a fls. 2.

6. Conforme resulta da conclusão 1ª das alegações da recorrente, a única questão a apreciar neste recurso é a de saber se, no caso concreto dos autos, tem fundamento legal a condenação da Fazenda Pública em juros indemnizatórios a favor da impugnante.

6.1. A recorrente Fazenda Pública defende que tal condenação não colhe o apoio legal, louvando-se em jurisprudência deste Tribunal e Secção.

Com efeito, a condenação em juros indemnizatórios a favor do contribuinte só deve ter lugar quando o acto tributário for anulado por erro sobre os pressupostos de factos ou por erro sobre os pressupostos de direito.

No caso dos autos, porque a anulação do acto tributário resultou de vício de forma – falta de fundamentação –, não se verificam os pressupostos para a condenação enunciados no artº 43º, nº 1 do CPPT.

Neste mesmo sentido se manifestou o Ex.mo Magistrado do MºPº junto deste Tribunal no parecer acima referido e no qual se escreveu que a expressão erro usada no artº 43º, nº 1 da LGT, inculca a intenção do legislador de eleger como fundamento dos juros indemnizatórios apenas o erro sobre os pressupostos de facto e o erro sobre os pressupostos de direito.

6.2. O artº 43º, nº 1 da LGT, estabelece o seguinte:

“1- São devidos juros indemnizatórios quando se determine, em reclamação graciosa ou impugnação judicial, que houve erro imputável aos serviços de que resulte pagamento da dívida tributária em montante superior ao legalmente devido.”

Temos então, antes de mais, de apurar se o pagamento indevido resultou de **erro** imputável aos serviços da Administração Tributária.

O Mmº Juiz recorrido declarou nula esta liquidação por entender que estamos perante um acto consequente de acto

anulado, aplicando-se, por isso, o disposto no artº 133º, nº 2, alínea i) do Código de Procedimento Administrativo. E, em nosso entender, decidiu bem, tal como resulta do Acórdão deste Tribunal e Secção de 12.11.2009, proferido no Recurso nº 822/09, sobre questão semelhante, e no qual se escreveu o seguinte:

“A resposta à questão de saber qual o vício de que enferma o acto de liquidação de Contribuição Autárquica questionado nos autos resulta directa e inequivocamente da lei, pois que a alínea i), do n.º 2, do artigo 133.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA) estabelece que: «2- São, designadamente, actos nulos: i) Os actos consequentes de actos administrativos anteriormente anulados (...)», tendo, aliás, a sentença recorrida expressamente mencionado esta disposição legal (cfr. sentença recorrida, a fls. 283 dos autos).

Em face desta disposição legal, não restam, pois, quaisquer dúvidas quanto ao vício de que enferma o acto de liquidação. Trata-se de um acto nulo, e não de um acto anulável, pelo que a sentença recorrida devia ter apenas declarado a nulidade do acto de liquidação, e não, como fez (cfr. a parte decisória da sentença recorrida, a fls. 285), anular a liquidação. É que, como ensina FREITAS DO AMARAL (Curso de Direito Administrativo, vol. II, 8.ª reimpr. da edição de 2001, Coimbra, Almedina, 2008, p. 406), «O reconhecimento judicial da existência de uma nulidade toma a forma de “declaração de nulidade” e tem “natureza meramente declarativa”. (...). Não se pode anular um acto nulo: se o acto é nulo, declara-se a sua nulidade, não se anula».

Porém, em nosso entender, já na questão da condenação em juros indemnizatórios a decisão violou, por erro de interpretação, o artº 43º, nº 1 da LGT.

Com efeito, a orientação jurisprudencial deste Tribunal e Secção nesta matéria, resulta também do Acórdão 822/09 acima referido e transcrito, no qual ficou escrito o seguinte:

“Afrontemos agora a questão de saber se são devidos juros indemnizatórios numa situação, como a dos autos, em que o acto de liquidação é nulo em consequência da anulação, por vício de falta de fundamentação, de acto prejudicial daquele (no caso, o acto de segunda avaliação do imóvel).

Questão semelhante foi objecto do Acórdão deste Tribunal de 5 de Maio de 1999 (rec. n.º 5557-A), onde se decidiu

que o direito a juros indemnizatórios pressupõe que no processo se determine que na liquidação “houve erro imputável aos serviços”, entendido este como o “erro sobre os pressupostos de facto ou de direito imputável à Administração Fiscal”, e que não se deve ter por verificado, ao contrário do decidido, se a declaração de nulidade do acto de liquidação for motivada exclusivamente pelo facto de a liquidação ser um acto consequente do acto anulado por falta de fundamentação. No mesmo sentido, o Acórdão deste Tribunal proferido no passado dia 4 de Novembro (rec. n.º 665/09).

As razões deste entendimento estão bem sintetizadas pelo Excelentíssimo Procurador-Geral Adjunto no seu parecer junto aos autos e encontram-se desenvolvidas no primeiro dos citados Acórdãos e em muitos outros depois deste que reproduzem aquela fundamentação (cfr. a título de exemplo, para além dos citados no parecer do Ministério Público e no recurso da Fazenda Pública, os recentes Acórdãos deste Tribunal de 25 de Junho de 2009, rec. n.º 346/09, de 9 de Setembro de 2009, rec. n.º 369/09 e de 4 de Novembro de 2009, rec. n.º 665/09; vide, também, JORGE LOPES DE SOUSA, «Juros nas Relações Tributárias», in Problemas Fundamentais do Direito Tributário, Lisboa, Vislis, 1999, em especial pp. 159/162), à qual se adere, em cumprimento no disposto no n.º 3 do artigo 8.º do Código Civil.

É que a procedência da impugnação deduzida contra a liquidação questionada, no caso dos autos, resulta tão-só da verificação da nulidade do acto de liquidação em consequência da anulação do acto de segunda avaliação do imóvel, resultado este ope legis e que o Tribunal se devia ter limitado a declarar.

Ora, o direito a juros indemnizatórios previsto no n.º 1 do artigo 43.º da LGT, pressupõe que no processo se determine que na liquidação “houve erro imputável aos serviços”, entendido este como o “erro sobre os pressupostos de facto ou de direito imputável à Administração Fiscal”, e que não se deve ter por verificado, ao contrário do decidido, se a declaração de nulidade do acto de liquidação for motivada exclusivamente pelo facto de a liquidação ser um acto consequente do acto anulado por falta de fundamentação (cfr. o Acórdão deste Tribunal de 5 de Maio de 1999, rec. 5557-A)”.

Não estando então provado nos autos que houve erro de

facto ou de direito imputável aos serviços da Administração Tributária, há que reconhecer razão à recorrente quanto ao carácter indevido dos juros indemnizatórios, não podendo manter-se a sentença recorrida, nesta parte.

7. Nestes termos, acorda-se em conceder provimento ao recurso e revogar a decisão recorrida na parte relativa à condenação da Fazenda Nacional em juros indemnizatórios à impugnante, que não são devidos. Sem custas.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2010. - *Valente Torrão*
(relator) - *Isabel Marques da Silva – Brandão de Pinho*.